

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

ESTOCAGEM

Subcomitê Transporte e Estocagem – SC2.

Coordenação: Camila Schoti – ABRACE

Relatoria: Mário Jorge Figueira Confort – ANP (Estocagem)
Marcelo Ferreira Alfradique – EPE (Transporte)

INTRODUÇÃO

Em 13/02/2017, foi encaminhado às instituições participantes do Subcomitê de Transporte e Estocagem, no âmbito do Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural (CT-GN), o Questionário para Mapeamento de Posições & Propostas, cujas respostas foram encaminhadas até o final de fevereiro. O objetivo do questionário foi o de reunir as sugestões iniciais dos agentes atuantes no setor para melhor organizar os debates futuros, adiantando possíveis consensos e dissensos.

Apresentaram respostas ao questionário 13 (treze) instituições, relacionadas a seguir (em ordem alfabética), das quais 7 (sete) são associações ou institutos, 4 (quatro) instituições governamentais (ministérios, agências ou empresas públicas) e 2 (duas) empresas:

- ABAR – Associação Brasileira de Agências de Regulação;
- ABEGAS – Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado;
- ABIAPE – Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica;
- ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres;
- ABRACEEL – Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia;
- ABRAGET – Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas;
- ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
- EPE – Empresa de Pesquisa Energética;
- IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis;
- Ministério da Fazenda (SEAE) – Secretaria de Acompanhamento Econômico;
- MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.;
- TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.

A consolidação dos posicionamentos referentes ao tema ESTOCAGEM é apresentada no presente relatório, estando os posicionamentos referentes ao tema TRANSPORTE consolidados em outro relatório específico.

CONSOLIDAÇÃO DOS POSICIONAMENTOS POR QUESTÃO.

Nos itens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 a seguir estão resumidamente elencadas as manifestações e posicionamentos recebidos de cada agente, além das respectivas consolidações.

5. Estímulo ao desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural, inclusive reavaliação do modelo de outorga, tendo em vista o desenho de novo mercado de gás natural:

5.1. Quais medidas poderiam estimular o desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural no Brasil?

- ✓ ABAR. Concorda com o posicionamento da ANP.
- ✓ ABEGÁS. Defende estabelecer um prazo adequado para retorno do investimento para estocagens concedidas e efetuar análise de projetos termelétricos com estocagem.
- ✓ ABIAPE. Defende, para estímulo à atividade, definição via consulta pública pela ANP do modelo de negócio, disponibilização de linhas de crédito específicas do BNDES, programas de pesquisa e desenvolvimento na ANP e na EPE, planejamento e contribuição para diferenças no tempo dos preços de mercado de curto prazo.
- ✓ ABRACE. Sem manifestação.
- ✓ ABRACEEL. Relata os benefícios da estocagem para um mercado competitivo com variações do preço como a proteção à volatilidade. Defende que a abertura do mercado e a implementação de preços *spot* formados pela oferta e demanda contribuiriam para o desenvolvimento de instalações via mercado.
- ✓ ABRAGET. Manifesta a importância das usinas termoeletricas na base e a importância da integração energética entre gás e energia.
- ✓ ANP. Manifesta a necessidade de alterações específicas na “Lei do Gás” (Lei 11.909/2009) para o incentivo à atividade. Especificamente, explicita a necessidade de: 1. Conferir maior clareza à aplicação dos regimes de outorga de concessão e autorização, 2. Substituição da menção à Lei 8.666/1993 (“Lei de Licitações”) por procedimentos semelhantes para licitação e julgamento descritos na Lei 9.478/1997 (“Lei do Petróleo”), 3. Harmonização e unificação das regras de acesso de terceiros às estocagens concedidas e autorizadas, 4. Regras simplificadas de ampliação de capacidade e 5. Regras mais simplificadas para concessão de estocagem a agentes que previamente pesquisem e venham a sugerir sítios para estocagem.
- ✓ EPE. Elenca alguns benefícios da atividade de estocagem como mitigação ao risco do suprimento e incentivo à arbitragem. Defende a reavaliação do regime de outorga vigente, pois o regime atual não incentiva agentes de mercado a realizar grandes investimentos em programa de exploração de riscos elevados para algo que é serviço.
- ✓ IBP. A instituição defende medidas para estimular a estocagem no Brasil, dentre as quais: incluir as instalações no mapeamento do plano de expansão da rede de transporte, estimulando a cooperação do operador; permitir o acesso à capacidade de transporte adequada para usuários da estocagem; rever a regulação atual com dois

regimes diferentes de outorga para a atividade (concessão e autorização); estabelecer um quadro de regulação adequada durante prazo longo para amortização dos investimentos; suporte do BNDES para estimular investimento; usar recurso de P&D para financiar primeiras análises; rever regras de reserva de gás das termelétricas com uso de estocagem.; reservar capacidade de estocagem no longo prazo; integrar obrigação de continuidade de fornecimento pelos operadores de transporte de gás para viabilizar parte do investimento.

- ✓ Ministério da Fazenda (SEAE). Sem manifestação.
- ✓ MPDG. Defende uma proposta preliminar que contemplaria ao concessionário com plano de expansão da malha a outorga para a construção e operação de instalações de estocagem, sendo importante, para tal, definir as regras para compartilhamento.
- ✓ Petrobras. Defende ser necessário concluir a regulamentação para Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN), levando-se em conta que a adoção do regime de autorização simplifica o processo de implantação de uma ESGN.
- ✓ TBG. Defende concessão para campos depletados cujo período de concessão para atividades de exploração e produção tenha expirado, com publicidade de informações disponíveis para acesso negociado dos agentes interessados em estocar gás. Para o caso de campos depletados ou em depleção ainda não devolvidos à União e que ainda se encontram sob a concessão de produção, a empresa sugere o regime de autorização.

CONSOLIDAÇÃO – Estímulos à atividade de Estocagem (Item 5.1):

- 11(onze) das 13 (treze) instituições se manifestaram especificamente sobre estocagem. Não apresentaram manifestação a ABRACE e Ministério da Fazenda (SEAE);
- Das 11 (onze) entidades que se manifestaram, 8 (oito) deixam claro, implícita ou explicitamente, que deve haver mudanças na “Lei do Gás” (Lei 11.909/2009) para o incentivo à estocagem. São elas a ABAR, ABRACEEL, ANP, EPE, IBP, MPDG, Petrobras e TBG;
- Das 8 (oito) instituições que apontaram mudanças na Lei como estímulo à atividade, 7 (sete) se manifestaram especificamente sobre o regime de outorga, visando alterá-lo ou aperfeiçoá-lo. São elas: ABAR, ABRACEEL, ANP, EPE, IBP, Petrobras e TBG. Para mais detalhes relativos ao regime de outorga, vide item 5.2;
- 4 (quatro) das manifestações abordaram explicitamente a questão da necessidade de se contemplar o acesso às instalações de estocagem: ANP, IBP, Petrobras, TBG. Não houve manifestações contrárias ao livre acesso.
- **Consenso:** Deve haver acesso às instalações de estocagem, nos termos de regulação. Não houve manifestação contrária à instituição ao livre acesso.
- **Dissenso:** Definição do regime de outorga (vide item 5.2).

5.2. É o entendimento desta instituição que há a necessidade de alterar o modelo de outorga das estocagens? Qual(is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

- ✓ ABAR. Concorda com o posicionamento da ANP.
- ✓ ABEGÁS. Não considera necessário haver alteração, pois o modelo já contempla as modalidades de concessão e autorização.
- ✓ ABIAPE. Sem manifestação.
- ✓ ABRACE. Sem manifestação.
- ✓ ABRACEEL. Defende o regime de autorização.
- ✓ ABRAGET. Sem manifestação.
- ✓ ANP. Defende a existência de ambos os regimes já presentes na “Lei do Gás”, desde que o texto legal confira maior clareza quanto à aplicação de cada um deles e que o regime autorizativo só seja possível no âmbito de regime de concessão existente. A ANP defende a aplicação do regime de concessão para a atividade de estocagem para os casos já contemplados na Lei 11.909/2009 (reservatórios de hidrocarbonetos devolvidos à União e outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos, art. 38) e autorização para os casos em que já há concessão de produção existente, conferindo uma inequívoca aplicação da autorização, hoje ancorada em interpretação técnico-jurídica do artigo 40 da “Lei do Gás”. Ademais, a ANP considera adequados à estocagem os dispositivos e procedimentos licitatórios na forma geral da “Lei do Petróleo”, inclusive abarcando regras mínimas para julgamento da licitação.
- ✓ EPE. Defende que o regime atual não é o mais adequado para estimular o desenvolvimento de instalações, destacando a necessidade de um modelo de autorização ou concessão com mecanismos que proporcionem uma melhor distribuição do risco/recompensa dos investimentos (menor exposição financeira dos agentes).
- ✓ IBP. Defende alteração, tendo em vista que na visão da instituição a coexistência de dois modelos (concessão e autorização) gera incertezas. Defende que o modelo de concessão de estocagem não deveria seguir regras semelhantes às da concessão de transporte e que se deve precisar regras de transição entre as autorizações e concessões por meio da regulação. Defende que o regime de autorização poderia ser melhor para o desenvolvimento da atividade. A instituição sustenta ainda que o modelo de outorga pode também depender da decisão de construir instalações para Estoques de Segurança como instrumento de política energética, sendo que nesse caso poder-se-ia adotar a concessão. Por fim, manifesta que poderia haver algum tipo de isenção para lidar com casos especiais em que a viabilidade econômica depende de condições especiais, tal como praticado no modelo europeu.
- ✓ Ministério da Fazenda (SEAE). Sem manifestação.
- ✓ MPDG. Não considera necessário haver alteração.

- ✓ Petrobras. Defende que a estocagem deveria ser explorada sob o regime de autorização e não pelo regime de concessão precedida de licitação nos moldes formatados para gasodutos de transporte. Elenca algumas questões que, na visão da empresa, deveriam ser resolvidas caso se optasse pelo modelo de concessão precedida por licitação nos moldes aplicáveis a gasodutos, tais como: ANP/MME teriam que fazer estudos iniciais para viabilidade técnica/econômica, se os custos do projeto até a fase seriam arcados pela União, se questões contratuais seriam discutidas entre os contratantes, dentre outros. Defende também dificuldades do modelo licitatório em definir o lance e programas exploratórios mínimos de forma a não desestimular agentes a investir e a inexistência da remuneração óleo/gás que faria os agentes não suportarem riscos elevados. Segundo a empresa, tal opinião é compartilhada por outros agentes do setor. A Petrobras defende também que o acesso deve ser não discriminatório, negociado entre as partes, a partir de princípios regulatórios pré-estabelecidos.
- ✓ TBG. Defende concessão dos campos já devolvidos, com acesso negociado aos interessados, com regras e condições de acesso. Para o caso de campos depletados ou em depleção ainda não devolvidos à União e que ainda se encontram sob a concessão de produção, a empresa sugere o regime de autorização.

CONSOLIDAÇÃO – Regime de Outorga (item 5.2)

- 9(nove) das 13 (treze) instituições apresentaram manifestação específica sobre o regime de outorga para estocagem: ABAR, ABEGÁS, ABRACEEL, ANP, EPE, IBP, MPDG, Petrobras e TBG. Não apresentaram manifestação a ABIAPE, ABRACE, ABRAGET e Ministério da Fazenda (SEAE);
- Das 9 (nove) instituições que apresentaram manifestação específica sobre o regime de outorga para a estocagem, 7 (sete) sugeriram mudanças (ABAR, ABRACEEL, ANP, EPE, IBP, Petrobras e TBG) e 2(duas) manifestaram não haver necessidade de mudança (ABEGÁS e MPDG);
- Das 7 (sete) instituições que sugeriram mudanças, 3(três) (ABAR, ANP e TBG) defendem a existência da concessão e da autorização, esta última submetida a regime de concessão existente, modificando-se a Lei no sentido de trazer maior clareza ao texto legal. A ANP considera adequados à concessão de estocagem os dispositivos e procedimentos licitatórios na forma geral da “Lei do Petróleo”, inclusive abrangendo regras mínimas para julgamento da licitação, e defende regras simplificadas para agentes que previamente pesquisem e venham a sugerir formações para estocagem;
- Das 7 (sete) instituições que sugeriram mudanças, 3(três) (ABRACEEL, IBP e Petrobras) defendem o regime de autorização. O IBP defende a concessão apenas para estocagens de segurança advindas de política energética e critica o modelo de concessão nos moldes dos procedimentos para gasodutos. A Petrobras critica o modelo de concessão nos moldes dos procedimentos para gasodutos e vê dificuldades do modelo licitatório em definir o lance e programas exploratórios mínimos;
- Das 7 (sete) instituições que sugeriram mudanças, 1 (uma) (EPE) registra a inadequação do modelo atual, ressaltando que a autorização ou a concessão deverá prever mecanismos que proporcionem melhor distribuição do risco/recompensa dos investimentos;
- Não há consenso para o tema regime de outorga de estocagem.

5.3. Quais os custos e benefícios destes posicionamentos?

- ✓ ABAR. Sem manifestação.
- ✓ ABEGÁS. Relata como benefícios da estocagem: o acesso ao gás em momento de picos de consumo, aumento da segurança do sistema e contribuição para modicidade tarifária. Não manifesta custos.
- ✓ ABIAPE. Sem manifestação.
- ✓ ABRACE. Sem manifestação.
- ✓ ABRACEEL: Vide benefícios manifestados no item 5.1.
- ✓ ABRAGET. Sem manifestação.
- ✓ ANP. Relata que os custos seriam mínimos, pois dependeriam de mudança legal, enquanto que os benefícios (justificativas) foram elencados nos itens 5.1 e 5.2.
- ✓ EPE. Defende que seus posicionamentos trariam mais segurança para os empreendedores e os motivariam a realizar investimentos em sítios de estocagem no Brasil.
- ✓ IBP. Defende que sua proposta valoriza o potencial do subsolo do Brasil para criar estocagem de gás e dessa forma, amplia possibilidades de estocagem, buscando melhor serviço com melhor preço; apoia o desenvolvimento do mercado de gás (com *swaps*, e melhoria das estratégias de fornecimento de gás); otimiza e assegura o suprimento; flexibiliza a produção do gás associado, responde à flutuações da demanda, etc.
- ✓ Ministério da Fazenda (SEAE). Sem manifestação.
- ✓ MPDG. Sem manifestação.
- ✓ Petrobras. Defende que um único regime de outorga, a autorização, tornará a ESGN mais atrativa para os investidores, acarretando aumento da garantia do suprimento de GN ao país, bem como suprimento mais eficiente.
- ✓ TBG. Defende que haverá maior flexibilidade e agilidade nas negociações.

CONSOLIDAÇÃO – Benefícios e custos (item 5.3):

- *Vide itens 5.1 e 5.2. Predominaram manifestações acerca dos custos e benefícios da atividade de estocagem como forma geral, havendo também descrição de justificativas que embasaram os posicionamentos exarados.*

5.4.Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

- ✓ ABAR. Sem manifestação
- ✓ ABEGÁS. Não acredita ser necessário um novo texto legal para o tema. Defende que os pontos levantados poderiam ser contemplados nos editais de licitação (concessão) e nas autorizações a serem outorgadas.
- ✓ ABIAPE. Sem manifestação.
- ✓ ABRACE. Sem manifestação.
- ✓ ABRACEEL. Sem manifestação.
- ✓ ABRAGET. Sem manifestação.
- ✓ ANP. Defende que, além das alterações sugeridas nos itens 5.1 e 5.2, deverá constar em Lei fases dos contratos de estocagem, a definição de que gasodutos pertencem à estocagem e a inaplicabilidade da cobrança de participações governamentais para gás estocado que já tenha sido anteriormente extraído/importado.
- ✓ EPE. Manifesta entendimento que a redação do texto de alteração legal a ser avaliada pode partir da tentativa de formar consenso ao longo das discussões.
- ✓ IBP. Sem manifestação.
- ✓ Ministério da Fazenda (SEAE). Sem manifestação.
- ✓ MPDG. Sem manifestação.
- ✓ Petrobras. Sem manifestação.
- ✓ TBG. Defende necessidade de aprimoramento nos artigos 37-42 da Lei do Gás.

CONSOLIDAÇÃO – Textos legais (item 5.4)

- Conforme item 5.1, das 11 (onze) entidades que se manifestaram, 8 (oito) deixam claro, implícita ou explicitamente, que deve haver mudanças na “Lei do Gás” (Lei 11.909/2009) para o incentivo à estocagem. São elas a ABAR, ABRACEEL, ANP, EPE, IBP, MPDG, Petrobras e TBG;
- 1 (uma) instituição manifestou explicitamente não haver necessidade em se mudar a Lei do Gás: ABEGÁS;
- Nessa etapa não houve sugestão de textos legais para estocagem, mas de pontos a serem observados (vide manifestação ANP e TBG).